

## **O PENSAMENTO E A PULSÃO: UM ESTUDO A PARTIR DOS POSICIONAMENTOS SOBRE O ABORTAMENTO INDUZIDO**

Layla Figueiredo Silva<sup>1</sup>

Lucas de Avelar Vaz Rodrigues<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O presente trabalho teve como objetivo apresentar as identificações que sustentam o posicionamento individual acerca do abortamento induzido (AI). Para isso, foram apresentados os discursos predominantes na sociedade sobre o AI, e discorreu-se acerca dos conceitos de pulsão, narcisismo e identificação, a partir do aparato psicanalítico. A metodologia utilizada foi o estudo de caso com duas mulheres residentes em Sete Lagoas/MG, graduandas de cursos vinculados às ciências humanas. Ambas entrevistadas possuem posicionamentos acerca do AI, sendo uma contra e a outra a favor. Foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas com cada participante, em profundidade, e individuais, com dados qualitativos que foram analisados à luz da teoria psicanalítica. Os resultados apontam que ambos os discursos pretensamente racionais apresentavam-se calcados em questões de bases afetivas. Ora evidencia-se certo zelo pela vida do bebê, ora pela vida da mulher. Dessa forma, espera-se que este trabalho traga possibilidades de abertura ao diálogo, na medida em que se possa reconhecer que há um caráter pulsional na formação dos raciocínios que estruturam nossos posicionamentos.

**Palavras-Chave:** Identificação. Pulsão. Aborto.

### **ABSTRACT**

The actual study aimed to present the identifications that support the individual positioning about induced abortion (IA). For this, the discourses prevailing in society about IA were presented, the concepts of instinct, narcissism and identification were discussed, based on the psychoanalytic apparatus. The methodology used was the case study with two women residing in Sete Lagoas/MG, graduating from human sciences class. Both interviewees have positions about the IA, one against and the other in favour. Two semi-structured interviews were conducted with each participant, in depth, and individual, with qualitative data that were analyzed in the light of psychoanalytic theory. The results show both speeches supposedly rational were based on questions of affective bases. There is evidence of a certain zeal for the baby's life, sometimes for the woman's life. Thus, this work is expected to bring possibilities of openness to dialogue, insofar as it can be recognized there is an instinct in reasonings' formation that structure our positions.

**Keywords:** Identification. Instinct. Abortion.

## **1 INTRODUÇÃO**

Na história do pensamento ocidental, razão e emoção são vistos como conceitos polarizados (DALGALARRONDO, 2008). Além disso, a emoção pode ser compreendida como algo que prejudica o homem de pensar claramente e leva-o a agir equivocadamente, o que pode ser observado em Guillaume (1867). A partir disso, é possível pensar numa

---

<sup>1</sup> Bacharelada em Psicologia pela FCV - Faculdade Ciências da Vida; lfigs9@gmail.com.

<sup>2</sup> Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais e Mestrado em Psicologia pela Université Paris Diderot – Paris – França; Docente da FCV - Faculdade Ciências da Vida; lucasavr@yahoo.com.br.

separação do homem racional em face do homem afetivo, de forma que afeto e pensamento são compreendidos como aspectos dicotômicos que não possuem vinculação.

Por outra vertente, Atkinson (2002) considera que a emoção possui intrínseca relação com a forma a qual o indivíduo reage a determinado acontecimento ou estímulo. Ou seja, as experiências racionais são guiadas pela subjetividade, de forma que “nossa experiência passada afeta nossas crenças sobre a situação presente, e estas crenças influenciam a emoção que experimentamos” (ATKINSON *et al.*, 2002, p.422).

Na perspectiva psicanalítica, existem discussões acerca do afeto no campo do pensamento, o que praticamente se resumem às discussões sobre a lógica da inibição intelectual. Tendo em vista a ideia de que no pensamento existe um campo afetivo, entende-se que o pensamento também é pervertido pela pulsão. Em suma, pode-se dizer que a saída que o sujeito encontra é inibir, uma vez que não compreender se torna uma forma de se proteger dessa pulsão (SANTIAGO, 2005). Dessa forma, aquilo que se pensa tem a ver com o que se viveu, com a história de vida, com as saídas de satisfação da pulsão que o sujeito encontrou e ainda encontra.

Essas questões podem ser discutidas a partir de diversos contextos diferentes. Neste trabalho, optou-se por contemplar como objeto de estudo a polêmica em torno do abortamento induzido (AI). Assunto este que constantemente encontra-se presente em discursos sociais, regidos por diversas fundamentações, como por exemplo, de cunho religioso, feminista e midiático (GOULART, 2013; LUNA, 2014; MIKAEL-SILVA; MARTINS, 2016). Assim, é possível perceber a existência de diversas argumentações acerca do tema, colocadas a priori racionalmente. Contudo, pensa-se na possibilidade de localizar quais aspectos identificatórios estão assentados os posicionamentos a favor e contra o aborto. Seriam essas identificações apoiadas na mulher/mãe que aborta, ou no bebê/feto que não vem à vida?

Haja vista que os posicionamentos do indivíduo são permeados de aspectos inconscientes, optou-se por utilizar da Psicanálise para pensar em pulsão, narcisismo e identificação como conceitos que permitam a compreensão das escolhas subjetivas. Na medida em que se observam as diferentes justificativas dessas opiniões que a priori são definidas como a favor ou contra, tem-se neste cenário a possibilidade de investigar as bases identificatórias que sustentam esses posicionamentos.

No intuito de demonstrar esta questão, realizou-se a construção de dois casos clínicos psicanalíticos a partir dos relatos de duas mulheres universitárias que possuíam posicionamentos contrários entre si, ser contra e ser a favor do AI. Pelo viés da metapsicologia, este estudo pretendeu mostrar que razão e emoção possuem uma intrínseca

relação, uma vez que o pensamento é de(marcado) por processos identificatórios, narcisistas e pulsionais.

Sendo assim, justifica-se a realização deste trabalho tendo em vista a arena de controvérsias que se instauram a partir dos posicionamentos contra e a favor do AI, uma vez que os debates infundáveis parecem não convergir a uma mesma perspectiva. Almeja-se que esta pesquisa possibilite a abertura ao diálogo na medida em que se possa reconhecer que ser contra o AI, ou ser a favor, possuem atravessamentos afetivos pessoais. Ou seja, as justificativas sociais existem e circulam nos discursos vigentes. Porém, é importante considerar que quando o sujeito fala do aborto, ele fala também de si.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 DISCURSOS SOBRE O ABORTAMENTO INDUZIDO (AI) NO BRASIL**

Define-se o aborto como a retirada do feto em gestação no período anterior ao seu desenvolvimento natural. O aborto pode ser considerado natural/espontâneo ou induzido/provocado. O primeiro se refere aos casos em que, naturalmente, o útero expulsa o feto sem haver práticas que levaram ao fato. Suas origens derivam principalmente de gravidezes em que o feto possui alguma anormalidade (PAPALIA; FELDMAN, 2013). Já o segundo, o qual se atém este estudo, é caracterizado pelo ato de provocar intencionalmente a expulsão do feto. Dentre as práticas para este feito, tem-se o uso de medicações, ingestão de chás e curetagens (DINIZ; MEDEIROS, 2012).

No Brasil, o abortamento induzido (AI) é enquadrado enquanto um ato criminoso. Já foram instituídas duas versões anteriores ao Código Penal de 1940, sendo o abortamento categorizado enquanto prática criminosa em todas elas (SCHOR; ALVARENGA, 1994). A primeira versão se refere ao Código Criminal do Império, criado em 1830, que inaugurou a penalização do aborto nos casos em que fosse praticado contra a mulher, independentemente de sua permissão. Já a segunda, o Código Penal da República, é de 1890, a partir da qual a mulher foi criminalizada, quando o realizasse (SÁ, 2016). Nos artigos 124 e 126 do Código Penal vigente, o AI é considerado um crime quando provocado pela gestante ou por outros através de sua permissão (BRASIL, 1940a). Contudo, o ato é isento de punição nas situações em que a vida da gestante é ameaçada em decorrência da gravidez e nos casos em que a gravidez é produto de um estupro (BRASIL, 1940a). A partir do ano de 2012, houve a

aprovação pelo Supremo Tribunal Federal, do AI nos casos em que o feto possui anencefalia<sup>3</sup> (BRASIL, 2012b).

Nesse sentido, é importante considerar as opiniões suscitadas por aqueles que se encontram na linha de frente da lei. Em Duarte *et al.*, (2010), é possível perceber que dentre 1.493 juízes e 2.614 promotores voluntários à pesquisa, 78% declarou que a legislação deveria ser mais ampla, no sentido de não punir o abortamento em outras situações, ou ainda, que a prática não fosse criminalizada. Essas posições estavam apoiadas no risco de vida da gestante, casos de anencefalia, malformação congênita grave e gravidez nos casos de estupro. De modo geral, ainda pode ser visto que os adeptos à ampliação da lei se classificam como não religiosos, de religiosidade intermediária, e aqueles ainda em que a religião não foi considerada motivadora para o posicionamento (DUARTE *et al.*, 2010).

Contudo, é possível observar que a discussão sobre o AI não se restringe ao aspecto legislativo. Assim como outras polêmicas, a questão do abortamento frequentemente encontra pauta através de discursos que se posicionam contra ou a favor da prática. Em face dessa contingência, é visto em Osis *et al.*, (2013) que valores morais e religiosos devem ser considerados, uma vez que emergem quando a temática abortiva é apresentada.

Ocasionalmente, os valores religiosos individuais são estendidos ao outro, o que dificulta até mesmo avanços políticos sobre o AI (HARTMANN; TORRES, 2014). Desde o século IV, o catolicismo defende a vida, de forma que qualquer atentado à vida do bebê é entendida enquanto pecado para aquele que ameaça (GOULART, 2013). Nesse cenário, a religião pode ser vista como um apoio para muitos daqueles que têm um posicionamento contrário ao AI.

Sandi e Braz (2010) apontam em seus estudos, que na perspectiva da mulher que realiza o AI, o ato de abortar é influenciado pelo fato de estar gestando uma criança involuntariamente. Pode se apoiar também em questões como a violência de gênero, bem como ao não uso de preservativos nas relações. O baixo acesso a informações também influenciam na opção pela prática.

Outro aspecto apontado por Osis *et al.*, (1994) se refere à opinião de 1838 mulheres entrevistadas que já estiveram grávidas. A grande maioria sinalizou parecer positivo quanto à interrupção da gravidez em hospitais, com motivações apoiadas nas condições de vida da gestante, em casos de estupro e quando o feto possui má-formações. Em contrapartida, as

---

<sup>3</sup> Mulheres podem realizar o aborto em casos de anencefalia desde que constatado em diagnóstico médico a condição do feto (RIBEIRO, *et al.*, 2013).

justificativas relacionadas a situações financeiras, de falha em métodos anticoncepcionais, atividades laborais e nos casos em que a mulher não tem a presença do companheiro foram mostradas como menos relevantes (OSIS *et al.*, 1994).

Nessa perspectiva, tem-se também o discurso feminista acerca do AI. Presente desde a década de 1970, o feminismo vem sendo fortalecido cada vez mais através de movimentos sociais e políticos. Dentre suas reivindicações, pode-se localizar aquela em que tange às questões do abortamento. Para esse grupo, o AI é concebido como um direito da mulher sobre o seu próprio corpo. Nesta camada, vê-se ainda que a luta pela legalização também representa uma forma de barreira à dominação social do masculino contra o feminino (MIKAEL-SILVA; MARTINS, 2016).

Ainda nesse cenário, tem-se a mídia como um enunciador dos discursos de outrem, mas também, como aquela que veladamente se posiciona. O simples fato de decidir publicar uma notícia ou outra, já se relaciona diretamente com a posição decidida por aquele que a publica (OLIVEIRA; PESCE, 2012). É visto em Mikael-Silva e Martins (2016) que a mídia apresenta a polarização de ideias entre aqueles que se posicionam ora contra, ora a favor do aborto. Embora tome determinado partido assumidamente, se compromete a apresentar notícias que abordem ambos os lados. Contudo, na medida em que utiliza de conotações polêmicas acerca do assunto, reforça e perpetua o seu discurso, de maneira sutil (MIKAEL-SILVA; MARTINS, 2016).

Tendo em vista essa gama de discursos que envolvem a questão do AI, há de se considerar em quais pontos esses posicionamentos se amarram. Para além das justificativas apresentadas, o que faz com que o indivíduo escolha um lado? Quais as *razões* inconscientes deste pensamento?

## 2.2 PULSÃO, NARCISISMO E IDENTIFICAÇÃO NA PERSPECTIVA PSICANALÍTICA

Pulsão, narcisismo e identificação são conceitos fundamentais na teoria psicanalítica que, de certo modo, permitem a compreensão das manifestações individuais acerca de escolhas inconscientes. Pulsão e narcisismo são encontrados em textos específicos do autor, como em “Os instintos e suas vicissitudes” (FREUD, 1915/1996) e “Sobre o narcisismo: Uma introdução” (FREUD, 1914/1996).

Diferentemente, a identificação foi um conceito não consolidado especificamente por Freud em suas obras. Contudo, pôde ser englobada em diversas conjunturas, como nas cartas

de Freud a Fliess, bem como na construção do sintoma histérico. Aspectos como estes serviram de base para a construção da metapsicologia (RIBEIRO, 2000).

A pulsão pode ser definida como uma energia constante, que possui dimensões psíquicas. Caracteriza-se como sendo originária no sujeito, sendo assim, impossível de se desvincular de seu corpo (FREUD, 1915/2017). É importante ressaltar que o termo “pulsão” corresponde a uma tradução mais fiel ao seu sentido do alemão “Trieb”. Contudo, os textos freudianos mais largamente lidos em português derivam de uma tradução da tradução: as Obras Completas de Sigmund Freud da editora IMAGO foram traduzidas do inglês para o português, depois de terem sido traduzidos do alemão para o inglês. Ou seja, “Trieb” foi traduzido pela língua americana como “Instinct”, que, por conseguinte, chegou aos brasileiros como “Instinto”. Nesse equívoco, é possível observar que instinto se localiza como algo reforçador ao campo biológico, o que contradiz o sentido originário criado por Freud. O autor localiza-a como um representante psíquico que atua no corporal, de ordem fronteira, tratando-se “justamente de um corpo transformado pelo psíquico, pela cultura” (TAVARES, 2017, p.82).

A pulsão conta ainda com quatro elementos definidos por Freud (1915/2017), que segundo o autor, são constituintes e presentes, sendo eles, pressão, meta, objeto e fonte. A pressão é entendida como a quantidade de força constante representada pela pulsão. A meta consiste na satisfação obtida pela estimulação na fonte da pulsão. Contudo, esta satisfação é parcial, uma vez que a cultura localiza o sujeito em um conjunto de normas preestabelecidas. Já o objeto, é aquilo em que a pulsão se apoia para a obtenção da meta, de sua satisfação. É o que se encontra de mais variável, uma vez que não se limita a um mesmo objeto. Pode se localizar tanto no sujeito como exterior a ele, e ser substituído por inúmeras vezes. E por fim, o autor expõe que a fonte não é passível de especificação exata, sendo que pode ser inferida a partir de sua finalidade, uma vez que só se tem conhecimento de que consiste em um processo somático que se representa na vida mental por intermédio da pulsão (FREUD, 1915/2017).

Freud aponta ainda para os destinos variados da pulsão, dentre os quais se destaca o retorno em direção à própria pessoa. Este pode ser entendido como tomar a si mesmo como um objeto de investimento libidinal. Assim, chegamos ao narcisismo, uma vez que possui intrínseca relação com a pulsão, pelo fato de ambos apresentarem este mesmo investimento libidinal ao próprio eu. Tendo em vista a intensão latente por detrás do ato a que a pulsão se destina, há de se considerar os traços narcísicos que conduzem a determinado objeto. As funções a serem atendidas ao eu do sujeito são enviesadas de traços narcísicos que se

submetem ao princípio de prazer. Assim, a atividade psíquica é mediada por afetos que visam à obtenção do prazer ou a esquiva do desprazer (FREUD, 1920/1996).

A definição de narcisismo abrange o investimento libidinal, seja este para si ou para outros objetos. Inicialmente, Freud conceitua o autoerotismo que se caracteriza como a satisfação pulsional do bebê por partes do corpo, quando a noção do eu ainda não existia (LAPLANCHE, 2004). Por ainda não ter um eu unificado, a criança não reconhece a diferenciação entre o interno e o externo, e por isso, tem-se a pulsão direcionada a si (PUERTAS, 2014). Contudo, a partir do desenvolvimento do eu uma “nova ação psíquica” deve se articular ao autoerotismo, a fim de elaborar o narcisismo (LAPLANCHE, 2004, p.42).

Em 1914, Freud realiza inicialmente uma distinção do narcisismo entre primário e secundário. O autor aponta que existe um primeiro período que corresponde ao investimento libidinal do bebê em seu próprio corpo. A criança não se reconhece enquanto um sujeito, assim como não possui o eu constituído. Ele vai se constituindo a partir da identificação que faz com a figura materna e os objetos que lhe circundam. Contudo, na medida em que se desenvolve, passa a se constituir enquanto um outro, fase intitulada de narcisismo secundário. A pulsão libidinal é então investida não no próprio corpo, mas em objetos que são eleitos pela criança, através da identificação. Na medida em que reconhece no objeto um pouco de seu eu, toma-o para si.

Ressalta-se que essas escolhas objetais são inconscientes e estão vinculadas à identificação do indivíduo para com os objetos que lhe remetem traços narcísicos. Ou seja, o sujeito estará em busca de objetos que são mais condizentes com o seu eu. Para Freud (1914/1996), esta busca identificatória, de amor, pode se apresentar pela relação de ligação, sendo caracterizado pela “mulher que a alimenta; o homem que a protege” (FREUD, 1914/1996, p.97), ou pela similaridade narcísica com o mesmo. A escolha objetal pela similaridade envolve quatro categorias: “(a) o que ela própria é (isto é, ela mesma); (b) o que ela própria foi; (c) o que ela própria gostaria de ser; e (d) alguém que foi uma vez parte dela mesma” (FREUD, 1914/1996, p. 97).

Corroborando essas ideias, Bleichmar (1985) menciona que as representações narcísticas do ego são representações que o indivíduo capta das imagens e signos, e toma-os como descritores de si. Essas envolvem julgamentos positivos e negativos que são denominados ao eu. O autor aponta ainda que existem diversas representações, contudo, aquelas que são mais agradáveis ao eu são caracterizadas como mais ou menos constitutivas.

Nessa perspectiva, pulsão, narcisismo e identificação, podem ser vistos numa relação que se faz intrínseca. A pulsão é a energia libidinal que compõe o narcisismo, de forma que

possui um movimento incessante por encontrar objetos para a obtenção da satisfação. Estes objetos não são aleatórios, são escolhidos a partir da identificação do sujeito por aquilo que lhe traga um retorno satisfatório, envolve uma ligação afetiva. Sendo o narcisismo caracterizado pelo investimento libidinal do sujeito em objetos que lhe trazem certa semelhança, pensa-se na identificação do sujeito com ideias que condizem ao seu eu (FREUD, 1914/1996).

No tocante a essas premissas teóricas, é possível trazer à baila questões que concernem à ideia de que a pulsão afeta o pensamento. Estudos sobre a inibição intelectual podem ser entendidos como via de exemplificação. A inibição pode ser compreendida como um sintoma que vem para denunciar um não querer outro, que o próprio sujeito desconhece, que pode ser dito como inconsciente (SANTIAGO, 2005). Assim, é possível notar que o desejo/afeto atravessa o pensamento, haja vista o destino pulsional responde a exigências inconscientes, o que por definição escapa ao eu, que por sua vez, sempre se sente o senhor da própria casa (FREUD, 1917/1996).

### **3 PERCURSO METODOLÓGICO**

A presente pesquisa se classifica enquanto uma pesquisa qualitativa, inspirada no método indutivo. Segundo Marconi e Lakatos (2010), este se refere a uma afirmativa que parte do individual para o coletivo, inferindo-se que aspectos do particular se ampliem ao todo. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para construção do referencial teórico acerca do tema. Foram utilizados livros psicanalíticos clássicos, periódicos e artigos científicos publicados em sites de pesquisa, disponibilizados em bases científicas, como Scientific Electronic Library Online (SCIELO). A busca se deu a partir dos descritores: identificação, pulsão e aborto. O método de pesquisa escolhido foi o estudo de caso, que através de uma amostragem resumida, permite explorar características intrínsecas ao objeto estudado (GIL, 2008). O papel do pesquisador é apontar em seus estudos o que é percebido, assim como evidenciar o ponto de vista apresentado pelo objeto (FONSECA, 2002).

Nesse sentido, foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas com cada participante, em profundidade, no intuito de proporcionar um contato mais espontâneo e dinâmico. As entrevistadas foram duas mulheres, ambas graduandas de cursos vinculados às ciências humanas, na cidade de Sete Lagoas/ MG. Optou-se pela realização da pesquisa com alunas deste município devido à acessibilidade da pesquisadora em relação ao ambiente acadêmico.

O critério de inclusão para participação na pesquisa se referia a alunas que se assumiam contra ou a favor do aborto e que seus posicionamentos, para elas, eram passíveis de justificativas. Após a aderência das entrevistadas à pesquisa, apresentaram-se os objetivos do estudo, juntamente ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Após concordância com o Termo, a entrevista com as participantes iniciou. Estes contatos ocorreram no dia 08 de outubro, 23 e 24 de novembro de 2017. Foram entrevistas individuais, que tiveram como tempo de duração entre 30 a 40 minutos.

Posteriormente, buscou-se analisar e reescrever os discursos apresentados nas entrevistas através do aparato psicanalítico e do material teórico já pesquisado. Como visto em Da Silva (2013), a construção do caso a partir da teoria psicanalítica se apresenta como uma forma de abranger as vivências subjetivas dos participantes de maneira agregada. Mediante a reunião desses aspectos, torna-se possível analisar as bases afetivas que sustentam os posicionamentos acerca do aborto, tendo em vista a ideia de que “a construção do caso traz à luz uma hipótese metapsicológica” (IRIBARRY, 2003, p. 134). Ressalta-se que os dados analisados foram transcritos, no intuito de assegurar maior fidedignidade e clareza sobre os relatos expostos. Os nomes das entrevistadas foram resguardados, tendo em vista impasses éticos que poderiam ser suscitados, se caso divulgados, bem como alguns dados que permitissem sua identificação que foram excluídos do relato ou alterados. Elas são Ana e Paula, Ana se denomina contra o AI, e Paula, se diz a favor.

#### **4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas no intuito de identificar as bases afetivas que sustentam os posicionamentos a favor ou contra o AI. De maneira espontânea, foram apresentadas para ambas entrevistadas questões a esse respeito. A fim de proporcionar maior entendimento do caso, optou-se por desenvolver agregadamente os resultados e a discussão do trabalho. Inicialmente foi apresentado o estudo de caso acerca de Ana, em seguida, foi retratado o caso de Paula. Por intermédio da construção do estudo de caso psicanalítico, determinadas falas foram selecionadas. Assim sendo, utilizou-se dos discursos e de outros elementos, como expressões e reações corporais/emocionais, que contribuíram para a construção deste estudo.

##### **CASO ANA**

*Faculdade Ciências da Vida - FCV*

Ana, 23 anos, profissional da área da saúde. Antes de ingressar na vida acadêmica, não havia dialogado ou mesmo pensado sobre o abortamento e suas questões. Acredita que isso possa ter sido em decorrência da educação a qual foi submetida pelos seus pais. *“Eu fui criada muito rígida sabe? (...) Mas, assim, o modo que meus pais criaram foi muito rígido. Tipo, se esse, a gente, né? (Fala acelerada) Eu engravidasse, assim, eu acho que meu pai me mataria (Ênfase na expressão), de verdade!”* (sic) (ANA).

A entrevistada se posiciona como uma pessoa contrária ao aborto, com exceção dos casos em que a mulher possui uma gravidez proveniente de estupro. Acredita que *“(...) aquela mulher que foi estuprada, que foi violentada, ela tem o direito de decidir sobre o corpo dela (...)”* (ANA). Fora esta situação em específico, é contrária ao AI, pois a *“mãe/mulher”* estaria gerando uma vida. Ana acredita que a realização do aborto nessas situações equivaleria à *“(...) mãe pegar uma faca e matar um filho dela que já tem cinco anos de idade! (Gesticula) (Pausa) Eu acredito que seja quase igual isso (...)”* (sic) (ANA). Aqui, é possível perceber que a mesma se apoia na concepção de uma morte transpassada de uma situação a outra, visto pelo comparativo ideativo que realiza, entre uma criança de cinco anos e um bebê. Essa argumentação possui sinais de uma possível identificação com o bebê, o que vai se tornando mais perceptível ao longo da entrevista.

Por trabalhar na área da saúde, Ana conhece casos de mulheres que já realizaram o aborto. Quando questionada acerca do que pensou sobre essas mulheres, considerou o ato como *“Errado (Pausa)... Errado. Eu, eu considereei que foi assim, é... No meu entendimento assim, não é um ato legal. Eu não faria isso, né”* (sic) (ANA). Sobre o AI, foi enfática em dizer que *“Não realizo (Sorriu). De forma alguma! Crio sozinha minha criancinha! (Voz pueril, risos) Não faço, jamais, tenho coragem não. Não tenho coragem! E eu tenho uma vontade de engravidar sabe? Só que agora no momento eu não estou preparada (...)”* (sic) (ANA). Em função de outros projetos, a entrevistada posterga em relação aos planos de ser mãe. Ao mencionar que não realizaria o ato, a entrevistada se coloca na situação fantasiosa de quem um dia estivesse grávida e não cometeria o aborto. Nesse sentido, podemos pensar em Ana identificada com uma mulher, grávida, desejosa pela maternidade e que principalmente, *“não faria isso”* (o aborto). Tendo em vista que a identificação possui uma ligação afetiva, há de se considerar ainda, as expressões pueris que Ana utiliza, bem como seu sorriso quando se refere à *“criancinha”*. Isso contribui para a compreensão de que exista um campo emocional que se relaciona às escolhas racionais de Ana acerca do AI. A partir disso, percebe-se que Ana sinaliza uma possível identificação com a maternidade.

É importante ressaltar o sentimento de tristeza suscitado na medida em que Ana vê tantas pessoas abortando, até mesmo em clínicas sem todo o aparato instrumental. E nesse cenário, a mulher “(...) *tira um feto ali, como se fosse...* (Pausa) *tipo um objeto!... Tá ali, eu tiro*” (sic) (ANA). Esta passagem do seu discurso foi marcada pela entonação de voz branda e baixa. As pausas posteriores às falas de que considera o AI “*errado*” e quando faz alusão da retirada de um feto como se fosse um “*objeto*”, permite pensar no sentimento que a entrevistada deixa transparecer livremente à pesquisadora, a saber, um sentimento vinculado à morte do bebê e sendo este bebê, tratado como “objeto”. A pausa em seu discurso, frente a momentos impactantes, permite-nos compreender assim como em Da Silva (2013), que emoção e afetividade quando presentes são aspectos que de(marcam) o sujeito. A esta questão, pergunta-se, o que de Ana estaria demarcado aqui?

As marcas identificatórias de Ana foram se tornando evidentes na medida em que se referia acerca do sentimento pelo bebê morto. Quando questionada sobre a morte, demonstrou-se visivelmente espantada e impactada pela pergunta. Por algumas vezes, as palavras novamente lhe faltaram à mente, o que foi demarcado por pausas características em seu discurso.

(...) Sobre o bebê? (Espanto) (Pausa longa) Que foi.. Que teve.. Que foi morto? (Pausa) O sentimento que eu tenho por ele que foi morto? Ué... menos uma vida né, que poderia estar aí, crescer... (Voz em cunho de lamento) (Pausa) Ter as mesmas oportunidades ou melhores que essa mãe, trazer algo de bom pra essa mulher, ser uma pessoa agradável, tipo, conversar sobre... (Pausa) né? Vamos pensar na gente por exemplo, pensa se.. Pensa se eu não estivesse aqui, hoje. Conversando com você... (...) (sic) (ANA).

Pode-se entender que Ana experimenta uma ameaça narcísica ao se imaginar, o sentimento pelo bebê que teria sua vida interrompida. A entrevistada lamenta um acontecimento como este, o que é percebido pela entonação afetiva em sua voz. Vê-se a partir daí o destino da pulsão de Ana com o retorno em direção a si (FREUD, 1915/2017). Ao mencionar que a criança pode fornecer algo de grandioso à mãe, Ana se coloca na narrativa. Utiliza de exemplos como “*ser uma pessoa agradável*” e até mesmo, cita uma possível vivência sobre esse bebê: “*conversar sobre...*”. A estas expressões, novamente podemos pensar em Ana identificada com a criança, na medida em que se compara com alguém que não tivesse as oportunidades de nascer. Segundo Freud (1914/1996), essa escolha objetal narcísica se refere a algo que um dia fez parte de si, que neste caso, se refere ao tempo em que Ana foi bebê um dia, que lhe foi dada a oportunidade de viver.

Na medida em que Ana sinalizava esta identificação com o bebê, a entrevistadora a questionou acerca de sua visão sobre a maternidade. O momento ficou registrado como o mais marcante, sendo que a entrevistada nitidamente alterou sua voz, demonstrou alegria, entonação de voz mais animada, fala acelerada e gestos com as mãos. Coloca-se na posição de alguém que conscientemente a desejaria para sua vida. Assim, percebeu-se uma outra identificação de Ana, sendo esta, com a maternidade. “*O que eu acho de maternidade? (Sorriso) Você fala... pessoal mesmo? (Sorriso). Eu acho lindo! Lindo! Sou louca pra ter um filho, eu acho lindo, muito lindo! (...) Eu acho assim... (Pausa) Nossa! O sentimento que eu vou ter vai ser muito bom!*” (sic) (ANA). Presume-se que esse desejo de Ana se localize dentre os caminhos da escolha objetal narcísica, neste caso, naquilo que o próprio sujeito gostaria de ser (FREUD, 1914/1996), neste caso, ser mãe.

Ao proporcionar um espaço para que Ana articule a maternidade enquanto um conceito, esta aparece novamente no discurso, uma vez que fala da maternidade a partir de si. Ser mãe é algo que diz de um desejo consciente da entrevistada, que inclusive, já fantasia esse contexto. Traz em seu discurso um cenário em que idealiza a quantidade de filhos que gostaria de ter, juntamente com o desejo de seu marido pela paternidade. No seu trabalho, Ana se vê admirada quando as “*criancinhas*” comparecem em função de atendimentos médicos. Nessa teia discursiva, podemos entender que Ana possui uma identificação com o bebê e uma mãe. Contudo, não se refere a qualquer mãe, mas sim, àquela que idealiza e deseja ser.

Após iniciar o assunto da maternidade, Ana menciona uma situação em que esteve em um hospital, a fim de conseguir uma colocação em sua área de atuação. Na ocasião, ficou fascinada ao conversar com uma pessoa que trabalha na maternidade.

Aí ela foi me contando que dá banho nas criancinhas! Falei assim: Ai que fofinho! (Voz pueril) Dá vontade de vim pra maternidade, dá vontade de ir trabalhar na maternidade, de tanto que é gostoso você ver a mãe com a criança! Eu tenho muita afinidade com criança assim, sabe? Dá banhozinho ali... Nooossa! (Ênfase na expressão) É muito legal (Risada) (Pausa) Dá o banhozinho alí nas crianças, e tudo (sic) (ANA).

Ao relato da entrevistada, pensa-se no desejo de Ana em ir “*pra maternidade*”, para além de exercer uma prática laboral, seria ir para a maternidade, sendo este o lugar mais representativo do “ser” mãe. Isso se apresentaria no tanto que Ana acha “*gostoso ver a mãe com a criança*”. O que poderia ser pensado com o prazer em contemplar visualmente aquilo

que almeja. Também poderia ser observada uma forma de amor objetual pelo bebê, na medida em que representa nele a satisfação de sua pulsão.

Em suma, a construção do caso de Ana permite apresentar ao leitor as bases que sustentam o seu posicionamento acerca do AI, sendo este contra. A partir de seu relato, podemos inferir que a entrevistada se vê identificada com a criança, de forma que prezar pela vida do bebê seria prezar pela sua própria, uma vez que se funde a esta imagem narcísica deslocada. Ana também, se mostra identificada com a maternidade, na qual se pressupõe um bebê, diferentemente da mulher. Assim, há a identificação em gerar um filho, o que está próximo à ideia da maternidade. A maternidade/gerar uma criança, estaria vinculado a uma escolha objetual daquilo que deseja ser, sendo esta explicitamente consciente à entrevistada.

## CASO PAULA

Do outro lado, tem-se a história de Paula. Profissional da área da educação, 28 anos. Assim como Ana, disse que sua familiaridade com assuntos referentes ao AI não era tão frequente. Suas concepções acerca da prática mudaram bastante a partir de seu contato com a graduação, sendo que anterior a isso, chegou a ter um posicionamento contrário ao que possui hoje. *“(...) E acho que aí que vem esse marco. Foi logo quando eu comecei... Não sei te falar o momento exato, mas o curso vem me mudando bastante”* (sic) (PAULA).

Paula é a favor do aborto, com exceção dos casos em que a mulher já possui uma gestação avançada *“(...) Às vezes o feto... né? Tá ali já for... (Interrompeu brevemente) O bebê já tá formado no ventre da mulher. Eu sou a favor até algumas semanas, quando a mulher já descobre, assim, bem no início sabe? (...)”* (sic) (PAULA). Fora os casos em que a gravidez está avançada, a entrevistada é a favor da prática, considerando que o AI é um direito da mulher sobre o seu próprio corpo. *“(...) É de você, o corpo é da mulher, né!? Então como propriedade dela, ela pode, só ela, só cabe a ela responder por isso, né? (...)”* (sic) (PAULA). O AI é visto por ela como um fator em cadeia. Mencionou que percebe a impossibilidade de escolha da mulher em realizar o AI como algo que gera conflitos sobrepostos ao outro, no caso, a criança indesejada. Por lidar com o público infantil em seu cotidiano, infere essa concepção a partir da qualidade de uma observadora.

Aí vira uma cadeia: Eu não quero (Bate na mesa), eu falo que eu não quero (Bate na mesa), eu maltrato, (Bate na mesa), eu bato (Bate na mesa), é... Eu judio, eu deixo todo mundo judiar. Em alguns casos, não em todos. Mas eu já ví casos assim, e não foram nem dois. (sic) (PAULA).

Pode-se inferir que Paula sinaliza uma possível identificação com a criança, uma vez que ao seu relato, assume uma posição de defesa em prol dela. Também, suas expressões corporais neste relato com batidas na mesa e sua voz em cunho de insatisfação, são aspectos que contribuiriam para a ideia de que exista um campo afetivo em torno desta questão. Para a entrevistada, o nascimento de um bebê indesejado acarreta na vida do infante uma série de consequências hostis. Assim sendo, o abortamento seria uma prática que preservaria a criança de ter uma vida infeliz.

A entrevistada não possui vivências próprias com o aborto, mas inicialmente relatou que tem uma familiar próxima que já o realizou. Ainda que não tenha sido com ela, Paula se sente impactada emocionalmente pelo fato de que a “(...) *pessoa não tem coragem de me falar por causa do que eu... (Interrompeu) talvez por causa do que eu vá pensar sobre ela. E acho que ela sofre muito... Muuuuito! (Ênfase na expressão) com relação a isso (...)*” (sic) (PAULA).

Posteriormente, é perguntado a Paula o que lhe afeta em relação a essa pessoa próxima a ela. Neste momento, a entrevistada diz olhando nos olhos da pesquisadora, que lhe afeta “(...) *o fato dela ser minha mãe. (...)*” (PAULA). Incomoda-se pelo fato de sua avó materna já ter falado com ela sobre o assunto em tons de julgamento acerca de sua mãe: “(...) *sua mãe fez isso, sua mãe fez aquilo outro (Gesticulou) então assim, o julgamento da minha avó já me incomodava. E aí me incomodava mais ainda o meu julgamento a respeito disso. (...)*” (sic) (PAULA). A essa questão, é possível observar que Paula possui envolvimento afetivo com o aborto. A entrevistada reconhece o sofrimento das mulheres que abortam, a partir do reconhecimento do sofrimento de sua própria mãe. Ainda que não tenha vivências próprias em seu corpo, a entrevistada tem o conhecimento de que sua mãe já o realizou e isso a afeta. Ao seu relato, demonstrou-se aborrecida com os julgamentos de sua avó, “(...) *Porque se eu... Eu... Se minha avó julga, eu julgo, a sociedade julga, e ela (Mãe) ia ser aquilo (Assassina) (...)*” (sic) (PAULA)”. Ainda que inconscientemente, pode-se dizer que Paula compactua simbolicamente com esta mulher, sua mãe. Na medida em que se vê identificada com a mãe, pensa-se na relação narcísica de escolha objetal que se estabelece. A entrevistada direciona seu amor objetal para sua mãe, ao passo que isso é atravessado pelo fato de que Paula, quando em uma relação ainda muito primitiva, foi um dia parte de sua mãe (FREUD, 1914/1996). Assim, por um dia ter sido parte de sua mãe, torna-se conflituoso julgá-la. Para Paula, julgar a mãe parece ser algo impossível, uma vez que julgar-la é julgar a si mesma, afetar a mãe, seria afetar a si mesma.

Fator marcante que também contribui para essa construção se refere ao entristecimento e revolta da entrevistada frente ao silenciamento de sua mãe. O julgamento moral acerca de sua mãe gera em Paula um atravessamento impactante e afetivo, que na medida em que volta para si, volta também para a mãe que aborta, no caso, a sua mãe. Nessa perspectiva, ser a favor do aborto pode ser, inconscientemente, algo que a aproxima de sua mãe. Ao assumir a identificação com sua mãe, também se identifica com as mulheres que abortam e todo o sofrimento que a não realização do abortamento implicam.

Presume-se que, para a entrevistada, ser contra o aborto seria ser contra sua mãe, e ainda, contra si mesma, uma vez que se coloca nessa cadeia. Se julgasse outras mulheres, estaria ela julgando sua própria mãe e a considerando uma assassina por já ter realizado o AI.

Vale ressaltar que, quando Paula se dispôs a participar voluntariamente para a pesquisa da entrevistadora, demonstrou felicidade e excitação. Verbalizou o desejo em função de seu gosto por pesquisas acerca do tema. Na entrevista, esse assunto novamente retornou. Deseja entrevistar mulheres que já abortaram. Nesse desfecho, podemos entender que Paula, tão envolta no afeto que a questão do AI lhe suscita, se vê imersa em cargas afetivas. A entrevistada tem sua pulsão direcionada para outro destino, aquele produtivo e que envolve menos desprazer, sendo esse, um mecanismo de defesa do eu. Contudo, ainda que lhe desvie inconscientemente, se faz presente uma outra forma de ligação, que a aproxima deste assunto pela via de suas pesquisas. Assim, o inconsciente de Paula atua, e manifesta.

Em síntese pode-se apreender que as vivências subjetivas de Paula possibilitam a compreensão de seu posicionamento a favor do AI. A entrevistada apresenta uma identificação com a mulher que realiza o aborto, sobretudo, sua mãe. A partir da identificação com sua mãe, Paula expande isso a outras mulheres, o que embasa afetivamente a sua posição. Por este viés, julgar uma mulher como assassina por cometer o AI, seria também julgar a sua mãe. Uma vez que se vê identificada com esta mãe/mulher, transpõe sua insatisfação a partir de um posicionamento, ser a favor do AI. Assim, destina sua pulsão a um novo caminho, falar sobre o aborto.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa teve o intuito de mostrar o quanto o pensamento e o conseqüente posicionamento têm uma base que o próprio indivíduo muitas vezes desconhece. À primeira vista, notou-se que estas mesmas opiniões não se distanciam dos discursos vigentes na sociedade. Contudo, para além da reiteração de um discurso, objetivou-se apontar em quê

esses enunciados se sustentam. Assim sendo, foi percebido que ambas entrevistadas possuem atravessamentos pessoais no que se refere à temática do AI. Ana, quem se denomina contra o aborto, possui notório desejo pela maternidade, o que pôde ser compreendido a partir do valor que o bebê tem para ela, o valor da identificação. Por outro lado, Paula apresentou uma opinião de quem é a favor do aborto, sendo visto esse posicionamento contra os julgamentos possíveis às mulheres que praticaram ou desejam praticar o aborto, o que não deixa de ser uma forma de defender a própria mãe, quem um dia já realizou o ato.

Tendo em vista o reconhecimento da presença do pensamento no pulsional, esboçado no discurso dessas mulheres, espera-se que a questão do AI continue a ser problematizada. Contudo, levando em consideração a noção de que não existe um discurso desprovido de aspectos que remetem ao próprio sujeito que enuncia. Na medida em que se reconhece no outro que parte do que ele diz remete a si, criam-se possibilidades para um discurso além de um saber sobreposto. O diálogo instaura a troca e permite a ampliação da visão de mundo.

Destaca-se que este artigo não objetivou apresentar qual posicionamento acerca do AI deve ser considerado como correto, uma vez que neste estudo a “verdade” se mostrou subjetiva e individual. Igualmente, não foi intenção da pesquisadora se pronunciar a favor ou contra a prática, visto que se buscou apresentar as posições das entrevistadas, somente. Nessa perspectiva, torna-se importante sublinhar a impossibilidade de generalização que este estudo apresenta. Ainda que ambos os casos fossem apresentados com maior clareza possível, deve-se considerar a restrição a duas histórias, a de Ana e a de Paula. Assim, “não é justo esperar de um único caso mais do que ele pode oferecer” (FREUD, 1905/1996, p.24). De outra forma, pode-se dizer que um único caso não configura uma certeza que se sobrepõe aos outros (FREUD, 1905/1996). Talvez este estudo permita reconhecer que a conversa sobre aquilo que nos define enquanto povo e cultura não tem fim e é sempre necessária.

Salienta-se que esta pesquisa se limitou à temática do AI, bem como ao estudo com apenas duas participantes. Os apontamentos realizados nessa discussão se restringem a um mesmo assunto, debatido por duas pessoas. Em face dessa contingência, sugere-se que futuros trabalhos possam ampliar e aprofundar o objeto estudado, bem como se estender a outros assuntos “polêmicos”, a fim de sinalizar se a questão da identificação se amplia a outros tratados.

## **REFERÊNCIAS**

ATKINSON, R. L.; *et al.* **Introdução à psicologia de Hilgard**. 13 ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal Brasileiro, de 31 de dezembro de 1940. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm)>. Acesso em: 28 set. 2017a.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de descumprimento de preceito fundamental 54**. Relator: Ministro Marco Aurélio. Brasília, julg. 12/04/2012. Disponível em:  
<<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/adpf54.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2017b.

BLEICHMAR, H. **Estudo sobre a enunciação e gramática inconsciente**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

DA SILVA, D. Q. **A pesquisa em psicanálise: o método de construção do caso psicanalítico**. Estudos de Psicanálise, n. 39. Belo Horizonte, 2013. p. 37-46. Disponível em:  
<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-34372013000100004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372013000100004)>. Acesso em: 30 out. 2017.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DINIZ, D.; MEDEIROS, M. Itinerários e métodos do aborto ilegal em cinco capitais brasileiras. **Ciência e Saúde Coletiva** [en linea], 2012. Disponível em:  
<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63023392002>>. Acesso em 27 set. 2017.

DUARTE, G. A.; *et al.* Aborto e legislação: opinião de magistrados e promotores de justiça brasileiros. **Rev Saúde Pública**, São Paulo v. 44, n. 3, 2010. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v44n3/AO1270.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2017.

FONSECA, J. J. S. da. **Metodologia da pesquisa científica**. (Apostila.) Fortaleza: UEC, 2002.

FREUD, S. Além do princípio de prazer (1920). In: \_\_\_\_\_. **Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos (1925-1926)**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996. p.13-75.

\_\_\_\_\_. **As pulsões e seus destinos (1915)**. Obras incompletas de Sigmund Freud. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

\_\_\_\_\_. Fragmento da análise de um caso de histeria (1905). In: \_\_\_\_\_. **Um caso de histeria, três ensaios sobre sexualidade e outros trabalhos(1901-1905)**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, v.VII. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996. p. 15-116.

\_\_\_\_\_. Os instintos e suas vicissitudes (1915). In: \_\_\_\_\_. **A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916)**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996. p.117-144.

\_\_\_\_\_. Sobre o narcisismo: uma introdução (1914). In: \_\_\_\_\_. **A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916)**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996. p.77-108.

\_\_\_\_\_. Uma dificuldade no caminho da psicanálise (1917). In: \_\_\_\_\_. **Uma neurose infantil e outros trabalhos (1917-1918)**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, v.XVII. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996. p. 145-153.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOULART, M. **Uma breve história do aborto**, 2013. Disponível em: <<http://www.historiadigital.org/artigos/uma-breve-historia-do-aborto/>>. Acesso em: 03 set. 2017.

GUILLAUME, P. **Manual de psicologia**. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

HARTMANN, D. M. Z.; TORRES, M. G. A Descriminalização do Aborto na Assembleia Nacional Constituinte (1987-88): uma análise dos discursos dos Constituintes. **Anais do XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”**, Florianópolis, 2014.

IRIBARRY, I. N. O que é pesquisa psicanalítica? **Ágora**, Rio de Janeiro, v.6, n. 1, p. 115-138, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/agora/v6n1/v6n1a07.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2017.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.. **Diccionario de psicoanálisis**. Buenos Aires: Paidós, 2004.

LUNA, N. Aborto no Congresso Nacional: o enfrentamento de atores religiosos e feministas em um Estado laico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 14. Brasília, maio - agosto de 2014, p. 83-109. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522014000200083&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522014000200083&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 13 set. 2017.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MIKAEL-SILVA, T.; MARTINS, A. M. A legalização do abortamento no discurso do jornal Folha de São Paulo (2011-2014). **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 24, n. 3, set. 2016.

Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v24n3/v24n3a12.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2017.

OLIVEIRA, M. O. de M. (org.); PESCE, L. (org.). **Educação e cultura midiática**. Salvador: EDUNEB, 2012. v. 1. Disponível em: <[http://eduneb.uneb.br/wp-content/uploads/2012/12/Educacao\\_e\\_Cultura\\_Midiatica\\_Volume\\_I.pdf](http://eduneb.uneb.br/wp-content/uploads/2012/12/Educacao_e_Cultura_Midiatica_Volume_I.pdf)>. Acesso: em 04 set. 2017.

OSIS, M. J. D.; *et al.* Opinião das mulheres sobre as circunstâncias em que os hospitais deveriam fazer abortos. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3. jul/set, 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v10n3/v10n3a12.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2017.

\_\_\_\_\_. O papel da religiosidade na perspectiva e conduta de ginecologistas brasileiros em relação ao aborto induzido. **Bagoas - estudos gays: gênero e sexualidades**, v. 7, n. 09, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/4657/3813>>. Acesso em: 14 set. 2017.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PUERTAS, K. C. P. Considerações metapsicológicas sobre o autoerotismo, o narcisismo e a escolha objetual. **Rev. Transformações Em Psicologia**, São Paulo, v. 5, n. 1, 2014. Disponível em: <[http://www.ip.usp.br/portal/images/stories/Revista\\_Transformacoes/v5n1/6%C2%AA\\_Ed\\_Artigo\\_5\\_-\\_Considera%C3%A7%C3%B5es\\_Metapsicol%C3%B3gicas.pdf](http://www.ip.usp.br/portal/images/stories/Revista_Transformacoes/v5n1/6%C2%AA_Ed_Artigo_5_-_Considera%C3%A7%C3%B5es_Metapsicol%C3%B3gicas.pdf)>. Acesso em: 27 ago. 2017.

RIBEIRO, P. de C. **O problema da identificação em Freud: recalçamento da identificação feminina primária**. São Paulo: Escuta, 2000.

RIBEIRO, W. A. D.; *et al.* A decisão do STF em face da problemática do aborto do anencéfalo. **Revista eletrônica de ciências jurídicas**. v. 1, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://fadipa.educacao.ws/ojs-2.3.3-3/index.php/cjuridicas/article/view/136/pdf>>. Acesso em: 26 set. 2017.

SÁ, A. B. G. de. Evolução histórica do aborto. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 30 ago. 2016. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.56669&seo=1>>. Acesso em: 29 set. 2017.

SANDI, S. de F.; BRAZ, M. As mulheres brasileiras e o aborto: uma abordagem bioética na saúde pública. **Revista Bioética**, v. 18, n. 1, 2010. Disponível em: <[http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista\\_bioetica/article/view/541/527](http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/541/527)>. Acesso em: 22 set. 2017.

SANTIAGO, A. L. **A inibição intelectual na psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2005.

SCHOR, N.; ALVARENGA, A. T. O Aborto: Um Resgate Histórico e Outros Dados. **Rev.Bras. Cresc. Dás. Hum.**, São Paulo, IV(2), 1994.

TAVARES, P. H. Sobre a tradução do vocábulo Trieb. In: FREUD, Sigmund. **A pulsão e seus destinos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 73-88.